



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



EDITAL - COMPRA

PREGÃO ELETRÔNICO

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

Processo Administrativo nº 012/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) **CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA**, por meio do(a) **CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA**, sediado(a) Rua São Jacó, 211, bairro centro, na cidade de Itapiranga/SC, CEP 89896-000, realizará licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, na forma **Eletrônica**, com critério de julgamento **MENOR TAXA**, no modo de disputa **ABERTO**, conforme a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, DECRETO LEGISLATIVO Nº 016, DE 10/10/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço:

<https://licitanet.com.br/processos>

Data da Sessão Pública: 06/08/2025

Hora Inicial : 09h30min.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de implementação, gerenciamento, fornecimento e administração de vale-alimentação, de natureza jurídica indenizatória, através de cartão eletrônico com tecnologia de chip para segurança e/ou tecnologia de compra por aproximação, para fornecimento de vale alimentação/refeição, com recargas mensais, destinados aos servidores públicos ativos do legislativo do Município de Itapiranga-SC, em estabelecimentos comerciais cadastrados na circunscrição do município de Itapiranga e municípios da região da AMEOSC (Associação dos Municípios do Extremo-Oeste Catarinense).** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.licitanet.com.br/processos).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.1. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso, uma vez que os valores referentes ao vale-alimentação estão dispostos na legislação que o regulamenta.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a **MENOR TAXA**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Deverão estar incluídos, no valor de cada remessa mensal, todos os custos diretos e indiretos para a entrega do objeto da contratação, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão de obra, especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, custos de emissão dos cartões, custo de instalação de equipamentos de carga e recarga de créditos, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, entre outros que sejam necessários para a execução total e completa do objeto da contratação, sem que caiba à contratada, em qualquer caso, direito regressivo em relação a Câmara Municipal de Itapiranga.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. **Não poderá** se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Desconto unitário mensal do item. **expresso em Percentuais(%)**

5.2. O valor total da proposta deverá ser aquele obtido como resultado da aplicação do percentual de Taxa de Administração sobre o **Valor Unitário Mensal Estimado e incidindo o mesmo percentual sobre o Valor Total Anual Estimado**. Assim, exemplificando:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



5.2.1. Se a licitante ofertar **0,00% (zero por cento)** de Taxa de Administração, o valor total proposta, será de **R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)**; (que corresponde ao valor unitário mensal estimado). **O mesmo percentual ofertado incidirá sobre o valor Total Anual Estimado de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).** A Câmara reserva-se ao direito de efetuar recarga parcial em cada unidade de cartão, com valores menores que o máximo unitário, conforme dispuser a legislação que regulamenta o auxílio alimentação, Resolução 131/2025 ou outra que vier a substituí-la.

5.2.2. Não serão aceitas propostas com valor hipotético maior que **R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)**, em razão da taxa máxima admissível, conforme item 13 do Termo de Referência.

5.3. A Taxa de Administração deverá ser proposta em percentual, com duas casas decimais, que será aplicado sobre o valor que será consignado nos cartões;

5.4. A proposta vencedora será aquela que oferecer a **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO** para o vale alimentação, utilizando como valor referencial o Valor Mensal Estimado do Benefício (R\$ 750,00), conforme item 11 do Termo de Referência, observada, ainda, a taxa máxima admissível, de acordo com o item 13 do anexo I (TR);

5.5. O valor da taxa de Administração, máxima admissível 0,00% (zero por cento) ou negativa, grafada em percentual e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver. Deve estar incluído nos valores, obrigatoriamente, todas as despesas, inclusive o pagamento de emolumentos, todos os encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias (inclusive as relativas a acidentes de trabalho), fiscais e comerciais ou de qualquer natureza, transportes/frete interno e externo, não se admitindo, a qualquer título, acréscimos sobre o valor proposto ou qualquer ônus adicional para o legislativo Municipal.

5.6. Admitir-se-á Taxa de Administração de valor percentual negativo;

5.7. Taxa igual a 0% (zero por cento), significa que a licitante vencedora não cobrará taxa alguma pela administração dos cartões, não implicando quaisquer ônus extras.

5.8. Taxa administrativa negativa, significa que a licitante vencedora pagará ao legislativo municipal, a porcentagem equivalente à sua oferecida. Neste caso, o valor apurado será descontado mensalmente pelo legislativo municipal do valor devido à contratada por ocasião do pagamento dos vales-alimentação.

5.9. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.10. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.12. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



5.12.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.13. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.14. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.15. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.16. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.17. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.18. O preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.19. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01 %, (zero virgula zero um por cento)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ABERTO**.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado do órgão da Administração Pública Municipal, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2. empresas brasileiras;

6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos,

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. contiver vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos nesse Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

I - As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

II - A habilitação econômico-financeira será aferida mediante a verificação dos seguintes documentos:

- a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. (certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial)

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, deverá ser apresentada em via digital ou poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada através dos documentos enviados pelo licitante através do sistema, podendo ser substituído pela verificação por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação dos documentos ou a exigência de outros documentos será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inhabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/processos>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://licitanet.com.br/processos> ou compras@camaraitapiranga.sc.gov.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.licitanet.com.br/processos e www.camaraitapiranga.sc.gov.br/imprensa/licitacoes

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Itapiranga-SC, 16 de maio de 2025

LEONARDO SAUSEN

Presidente da Câmara de Vereadores de Itapiranga



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



ANEXO I - Termo de Referência.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

A licitação terá por objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de implementação, gerenciamento, fornecimento e administração de vale-alimentação, de natureza jurídica indenizatória, através de cartão eletrônico com tecnologia de chip para segurança e/ou tecnologia de compra por aproximação, para fornecimento de vale alimentação/refeição, com recargas mensais, destinados a aos servidores públicos ativos do legislativo do Município de Itapiranga-SC, em estabelecimentos comerciais cadastrados na circunscrição do município de Itapiranga e municípios da região da AMEOSC (Associação dos Municípios do Extremo-Oeste Catarinense).**

ITEM	UN. MED IDA	QTD ESTIMA DA	DESCRIÇÃO	VALOR CREDITO/ME NSAL UNITÁRIO (POR CARTÃO/SER VIDOR)	TAXA ADM. MÁXIM A	VALOR TOTAL MENSAL ESTIMA DO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMAD O
01	UND	08	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de implementação, gerenciamento, fornecimento e administração de vale-alimentação, através de cartão eletrônico com tecnologia de chip para segurança e/ou tecnologia de compra por aproximação, para fornecimento de vale	R\$ 750,00	0,00%	R\$ 6.000,00	R\$72.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



		alimentação/refeição o, destinados aos servidores públicos ativos do legislativo do Município de Itapiranga-SC. Podendo variar o número de cartões conforme a ocupação dos cargos e conforme a os direitos dos servidores. Com recarga mensal conforme valor estipulado pela Resolução 131/2025 ou outra Legislação que vier a substituí- la				
--	--	---	--	--	--	--

2. JUSTIFICATIVA:

Visando a Concessão de Auxílio-Alimentação, em cumprimento à Resolução Legislativa nº 131/2025, para os servidores ativos da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, através de cartão eletrônico.

3. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, respeitando a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, conforme os arts. 105, 106 da Lei nº 14.133, de 2021. Podendo ser prorrogado, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, com a necessidade de celebrar termo aditivo se o objeto não foi concluído dentro do prazo de vigência inicialmente estabelecido, o que não impede a eventual aplicação de sanções administrativas em desfavor do Contratado, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

3.2. A alteração do prazo de execução inicialmente previsto poderá ser feita mediante justificativa técnica e análise jurídica, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, devendo o contratado apresentar cronograma readequado, o que será formalizado por meio de aditivo contratual.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE PRESTAÇÃO

O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do inciso XIII, art. 6º da Lei n.º 14.133/2021.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



5. FORMA DE FORNECIMENTO:

O fornecimento do objeto será continuado.

6. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DE CARTÕES:

- a) O benefício será disponibilizado na modalidade Vale-Alimentação, em meio eletrônico, através de cartão eletrônico equipado com chip de segurança, para a realização de compras pelos servidores do Poder Legislativo de Itapiranga-SC, em estabelecimentos comerciais credenciados (supermercado, padarias, açougues, restaurantes, lanchonetes e outros afins).
- b) Os cartões, equipados com chip, deverão ser fornecidos com senha individual, nominais aos servidores públicos conforme a Câmara Municipal de Vereadores indicar, para crédito do vale-alimentação conforme utilização em estabelecimentos conveniados;
- c) Os dados cadastrais iniciais dos servidores públicos (nome, CPF, valor de carga, local de entrega dos cartões), bem como quaisquer informações necessárias para emissão dos cartões, serão carregados para o sistema informatizado da contratada, sem interferência da Câmara Municipal de Vereadores, sendo a única obrigação deste a de enviar as informações em arquivo .txt ou .xls cujo layout deverá ser fornecido pela contratada;
- d) A primeira emissão de cartões será feita no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do envio do cadastro inicial de servidores públicos apresentado pela Câmara Municipal de Vereadores;
- e) A inclusão de novos servidores públicos poderá ser efetuada a qualquer tempo pela Câmara Municipal, diretamente no site da contratada ou juntamente com o arquivo de pedidos mensal, devendo, em qualquer caso, as informações serem carregadas para a base de dados da contratada, de forma automática, permanecendo à disposição da Câmara Municipal, para consultas e/ou alterações;
- f) Os custos de emissão, fornecimento e entrega dos cartões, assim como os de manutenção do sistema informatizado e quaisquer outras despesas, deverão estar inclusos na taxa de administração contratada, não implicando quaisquer ônus extras para a Câmara Municipal de Vereadores ou para os servidores públicos;
- g) Fornecimento de segunda via dos cartões em caso de perda, furto, extravio ou desgaste natural, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, com a devida transferência do saldo remanescente de benefício para o novo cartão;
- h) Não será admitida a cobrança de taxa para reemissão de cartão;
- i) A contratada deverá fornecer aos servidores públicos todas as orientações e instruções sobre o vale alimentação e sobre a utilização dos cartões;
- j) A contratada deverá fornecer aos servidores públicos a relação nominal das empresas cadastradas;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



- k) A contratada obrigar-se-a aceitar recarga parcial, com valor menor que o unitário mensal estimado, em razões previstas na legislação Resolução Legislativa nº 131/2025 ou outra que vier a sucedê-la.
- l) A contratada obrigar-se-a manter padrão elevado de qualidade e segurança no processo de impressão, crédito nos cartões e disponibilização de senhas, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude;
- m) A contratada obrigar-se-á manter em funcionamento e em operação o sistema e que seja possível executar a compra, em todos os estabelecimentos credenciados que sejam objeto deste Termo e constem na relação entregue pela contratada.
- n) A validade do cartão será de no mínimo 01 (um) ano a contar da data de emissão;
- o) A empresa deverá fornecer aplicativo de celular para a conferência do saldo pelos servidores que estão utilizando o cartão, com a opção de fazer os pagamentos por QR Code no aplicativo;
- p) A entrega de cartões deverá ocorrer no seguinte endereço:

- Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga,
Rua São Jacó, 211, Centro, Itapiranga/SC, CEP 89896-000

7. SISTEMA INFORMATIZADO DE GERENCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS:

7.1. A contratada deverá possuir sistema informatizado acessível a Câmara de Vereadores e aos servidores por meio da Internet e que possibilite a execução das seguintes funcionalidades:

7.1.1. Funcionalidades disponíveis a Câmara de Vereadores de Itapiranga:

- 1. Inclusão / exclusão / consulta de servidores e seus dados (nome, CPF, valor do vale alimentação, número do cartão e valor do vale alimentação);
- 2. Alteração de cadastro da empresa
- 3. Alteração de cadastro dos funcionários, com os seguintes campos: Nome, CPF, Valor do benefício e Número do cartão.
- 4. Solicitação de cartões;
- 5. Bloqueio de cartões;
- 6. Solicitação de reemissão de cartão;
- 7. Envio de arquivo de pedidos de créditos, em formato .txt ou .xls, informando nome, CPF e valor;
- 8. Solicitação de pedidos individualmente, para funcionário específico e em determinado valor;
- 9. Exclusão e alteração de vale alimentação;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



10. Acompanhamento do status das solicitações;
11. Reversão de créditos, sendo possibilitado a Câmara de Vereadores efetuar o estorno de valores já creditados;
12. Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos conveniados.

7.1.2. Funcionalidades disponíveis aos servidores públicos do Poder Legislativo:

1. Alteração de senha;
2. Bloqueio de cartão;
3. Solicitação de reemissão de cartão;
4. Emissão de extrato detalhado com a data, valor dos créditos e dos débitos e locais de utilização;
5. Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos conveniados;
6. Pagamento via QR Code.

7.2. A disponibilização dos créditos nos cartões dos servidores públicos deverá ser efetuada em até 02 (dois) dias úteis após a solicitação pela Câmara Municipal;

7.3. Os débitos no saldo de benefícios dos cartões devem ocorrer de forma automática, a partir da utilização nos estabelecimentos conveniados;

7.4. O processamento das informações relativas às operações realizadas com cartão por cada servidor público deverá ser de forma automática quando da efetivação da compra, permitindo a identificação pelo usuário do cartão do valor utilizado, data e horário, além do local de consumo, visando a permitir a verificação da correta utilização do valor;

7.5. A contratada deverá garantir sigilo dos dados dos servidores públicos, sendo vedada a utilização dos dados para qualquer outro fim não previsto no respectivo contrato;

7.6. Além de recargas mensais, poderão ser disponibilizados benefícios a qualquer tempo, mediante solicitação da Câmara Municipal de Itapiranga, seja por pedido individual ou carga por arquivo;

7.7. Os créditos nos cartões ficarão disponíveis para utilização até no mínimo 180 (cento e oitenta) dias após o término do contrato, não podendo haver o bloqueio do cartão;

7.8. A manutenção dos créditos já disponibilizados, na hipótese de o usuário deixar de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



integrar o sistema de cartão ou ter suspensa sua participação por qualquer motivo, se dará no período mínimo de 120 (cento e vinte) dias da data da última disponibilização, não havendo o bloqueio do cartão.

8. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE:

8.1. A contratada deverá disponibilizar serviços de atendimento ao cliente (SAC) 24 (vinte e quatro) horas, via telefone com discagem direta gratuita, para bloqueio e desbloqueio de cartões e consulta de saldo;

8.2. Para atendimento do disposto no item 4.1, a identificação do servidor público junto ao Serviço de Atendimento ao Cliente deverá ser efetuada mediante fornecimento do número do cartão ou do CPF do servidor público, sem a necessidade de informar quaisquer dados relativos à Câmara Municipal de Itapiranga ou à contratada.

9. REDE DE ESTABELECIMENTOS CONVENIADOS:

9.1. A contratada deverá manter rede de estabelecimentos credenciados e ativos para a aceitação dos cartões nas modalidades, localidades e quantidades mínimas abaixo discriminadas.

Município de Santa Catarina	Quantidade mínima de estabelecimentos conveniados
Itapiranga	15 (quinze) mínimo 08 dos estabelecimentos deverão ser mercados ou padarias
Integrante da AMEOSC (Associação dos Municípios do Extremo-Oeste de Santa Catarina).	20 vinte)

9.1.1. Os estabelecimentos conveniados poderão ser substituídos, desde que tal alteração não implique a diminuição do número de conveniados e a queda do padrão do serviço, cabendo à contratada fornecer relação de estabelecimentos conveniados, sempre que solicitada pela Câmara Municipal de Itapiranga; Todos os credenciados constantes na relação, deverão, desde já, estarem aptos a realizar a transação através do cartão.

9.2. **CONDIÇÃO DE CONTRATAÇÃO:** a licitante melhor classificada terá o prazo de até 10 (dez) dias para apresentar lista com os estabelecimentos credenciados por município, dispondo a Câmara Municipal de Itapiranga de até 03 (três) dias para inspecionar a listagem com o objetivo de confirmar o atendimento da condição referida no item 6.1,



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



o não cumprimento ensejará a desclassificação do licitante por não cumprimento ao Edital. O contrato somente será assinado após a validação da listagem e da definição da empresa vencedora.

6.3.1 – A empresa declarada vencedora não poderá cobrar taxas dos estabelecimentos para se credenciar, anteriormente à assinatura do contrato junto a esta Câmara. Do contrário, será desclassificada do certame, e ainda sofrerá as sanções contidas neste edital.

9.1. A contratada deverá permitir credenciamento, a qualquer tempo, de estabelecimentos comerciais, conforme solicitação da Câmara Municipal de Itapiranga.

10. OUTROS REQUISITOS

A. Os créditos inseridos nos cartões, se não utilizados dentro do mês de competência deverão,

obrigatoriamente, somar-se aos próximos créditos, de tal forma que os Servidores em hipótese alguma sejam prejudicados;

B. A contratante não deverá permitir que sejam efetivadas transações em cartões que não tenham saldo disponível/suficiente

C. Não será admitido limite extra de crédito ao titular do cartão, devendo este utilizar somente os créditos disponíveis em seu cartão, ficando sob a responsabilidade da empresa contratada tal gerenciamento

D. Os débitos no saldo de benefícios dos cartões devem ser de forma automática, a partir da utilização nos estabelecimentos conveniados;

E. Os cartões deverão estar embalados individualmente e com identificação nominal, contendo senha individualizada, obedecendo aos padrões técnicos e características físicas que garantam a segurança quando da distribuição e da utilização no pagamento das despesas

F. A contratada disponibilizará os créditos nos cartões dos beneficiários no dia 30 (trinta) de cada mês correspondendo aos dias efetivamente trabalhados, conforme Legislação Municipal e alterações se houver;

G. Os cartões deverão conter minimamente o nome do servidor e o número sequencial de controle individual

H. A contratante poderá solicitar o cancelamento ou estorno de créditos nos cartões (dos servidores) assumindo total responsabilidade quanto a eventuais demandas judiciais daí decorrentes;

I. Obriga-se a empresa contratada no período de vigência contratual a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em

J. que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou utilização de técnicas ou materiais inadequados



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



K. A contratante informará os valores individuais à Contratada até 02 dias úteis antes da data prevista para a liberação dos créditos para cada servidor, podendo a contratante efetuar crédito parcial

11. ESTIMATIVA DE SERVIDORES PÚBLICOS E VALORES DOS BENEFÍCIOS:

Câmara de Vereadores de Itapiranga

Servidores públicos	Valor Mensal Estimado do Benefício	Estimativa de Servidores públicos (mensal)	Valor Total Mensal Estimado	Valor Total Anual Estimado
Funcionários	R\$ 750,00	08	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00

11.1. A quantidade de servidores públicos aptos a receber o benefício bem como o valor mensal do vale alimentação e o valores totais mensal e anual estimados poderão sofrer variação ao longo da vigência do contrato, em função de alteração na legislação concedente do benefício e também por eventual necessidade da Câmara de Vereadores de Itapiranga, sendo que tais alterações não representarão modificação nas condições contratuais nem no percentual de desconto ofertado pela empresa vencedora do certame.

12. GARANTIA CONTRATUAL:

Não haverá exigência de garantia contratual da execução

13. PROPOSTAS:

13.1. A Taxa de Administração deverá ser proposta em percentual, com duas casas decimais, que será aplicado sobre o valor que será consignado nos cartões;

13.2. A proposta vencedora será aquela que oferecer a menor Taxa de Administração para o vale alimentação, utilizando como valor referencial o **Valor Mensal Estimado do Benefício (R\$ 750,00)**, conforme item 11 deste Termo de Referência, observada, ainda, a taxa máxima admissível, de acordo com o item 10 do presente anexo;

13.3. O valor da taxa de Administração, **máxima admissível 0,00% (zero por cento), ou negativa** grafada em percentual e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver. Deve estar incluído nos valores, obrigatoriamente, todas as despesas, inclusive o pagamento de emolumentos, todos os encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias (inclusive as relativas a acidentes de trabalho), fiscais e comerciais ou de qualquer natureza, transportes/frete interno e externo, não se admitindo, a qualquer título,



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



acréscimos sobre o valor proposto ou qualquer ônus adicional para o legislativo Municipal.

13.4. **Admitir-se-á Taxa de Administração de valor percentual negativo;**

13.5. **Taxa igual a 0%** (zero por cento), significa que a licitante vencedora não cobrará taxa

alguma pela administração dos cartões, não implicando quaisquer ônus extras.

13.6. **Taxa administrativa negativa**, significa que a licitante vencedora pagará ao legislativo municipal, a porcentagem equivalente à sua oferecida. Neste caso, o valor apurado será descontado mensalmente pelo legislativo municipal do valor devido à contratada por ocasião do pagamento dos vales-alimentação.

13.7. Deverão estar incluídos, no valor de cada remessa mensal, todos os custos diretos e indiretos para a entrega do objeto da contratação, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão de obra, especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, custos de emissão dos cartões, custo de instalação de equipamentos de carga e recarga de créditos, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, entre outros que sejam necessários para a execução total e completa do objeto da contratação, sem que caiba à contratada, em qualquer caso, direito regressivo em relação a Câmara Municipal de Itapiranga.

14. TAXA MÁXIMA ADMISSÍVEL

14.1. Taxa de Administração **máxima admissível** para esta licitação é de 0% (zero por cento),

14.2. **As licitantes poderão ofertar Taxa de Administração em percentual negativo**, em consonância com o entendimento dos Órgãos de Controle, constante da SÚMULA Nº 2 e PROCESSO Nº: @PAP 22/80021174 ambos do TCE-SC; Também no Parecer: MPC/1217/2023 e Parecer: MPC/DRR/1257/2022 ambos do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina sendo que a proposta inicial e os lances durante a sessão deverão observar as condições do item 13 deste Termo de Referência, em especial o subitem 13.3.

15. FASE DE LANCES DA LICITAÇÃO

15.1. O valor total da proposta deverá ser aquele obtido como resultado da aplicação do percentual de Taxa de Administração sobre o **Valor Unitário Mensal Estimado e incidindo o mesmo percentual sobre o Valor Total Anual Estimado**. Assim, exemplificando:

15.2. Se a licitante ofertar **0,00% (zero por cento)** de Taxa de Administração, o valor total proposta, será de **R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)**; (que corresponde ao valor unitário mensal estimado). **O mesmo percentual ofertado incidirá sobre o valor**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



Total Anual Estimado de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais). A Câmara reserva-se ao direito de efetuar recarga parcial em cada unidade de cartão, com valores menores que o máximo unitário, conforme dispuser a legislação que regulamenta o auxílio alimentação, Resolução 131/2025 ou outra que vier a substituí-la.

15.3. Não serão aceitas propostas com valor hipotético maior que **R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)**, em razão da taxa máxima admissível, conforme item 13 deste anexo.

15.4. A proposta deverá compreender todas as despesas com materiais, mão-de-obra, leis sociais, impostos, taxas, transporte, fretes, emolumentos e outras que possam incidir no fornecimento ou execução do objeto.

12 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

12.1. A fiscalização do contrato será exercida pelo servidor: **OTAVIANO JOSÉ AMARO GUERRA**, servidor público do Poder Legislativo, lotado na Contabilidade, inscrito na matrícula sob nº 119-01 .

12.2. Atribuições do Fiscal do Contrato:

a) É a atividade de controle e inspeção do objeto contratado (aquisição de bens, serviços e obras) pela Administração, com a finalidade de examinar ou verificar se sua execução obedece às especificações, ao projeto, aos prazos estabelecidos e demais obrigações previstas no contrato. Envolve, portanto, responsabilidade com o mérito técnico do que está sendo executado, observadas as condições convencionadas.

b) Refere-se às atividades da administração pública e de seus agentes visando a se fazer cumprir as obrigações legais da sociedade. A fiscalização consiste em examinar uma atividade para comprovar se cumpre com as normas em vigor.

c) A forma de fiscalizar os contratos deverá estar prevista nos artigos 7 e 117, da Lei nº 14.133/21.

d) Ao Fiscal de Contratos compete zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas dos serviços prestados à Câmara Municipal de Vereadores, bem como a qualidade dos produtos fornecidos. Dentre suas atribuições está a de acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços e obras contratadas; indicar as eventuais glosas das faturas; além das conferências do adequado cumprimento das exigências das garantias contratuais, compete ao fiscal informar a área responsável pelo controle de contratos o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades.

e) Em regra, aprovar os serviços e atestar as notas fiscais são atribuições do fiscal de contrato, já que ao mesmo compete, entre outras atividades, receber o objeto provisória e definitivamente, nos moldes dos arts. 10 e 11 do Decreto Legislativo nº 16/2023 e do art. 140 da Lei nº 14.133/21.

Itapiranga, 28 de março de 2025



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



OTAVIANO JOSÉ AMARO GUERRA

Responsável Departamento de Recursos Humanos



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Entidade Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga

Setor requisitante: Recursos Humanos

Nome do Projeto: Administração do Vale-Alimentação Itapiranga

Tipo de contratação: Contratação de serviços em geral

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Justifica-se a presente contratação em virtude da necessidade de ter uma empresa especializada para administrar, gerenciar, fazer a emissão e o fornecimento de cartões de vale alimentação eletrônico com tecnologia de chip, com senha pessoal, para recargas mensais, destinados em favor de aproximadamente 08 (oito) servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, em atendimento a Resolução Legislativa nº 131 de 20 de março de 2025 e por se tratar de uma medida estratégica e necessária por diversos motivos como: facilidade, agilidade, segurança, controle e redução de custos operacionais, além de transparência. Assim, a contratação visa otimizar a gestão dos benefícios aos servidores municipais, garantindo maior eficiência e segurança no processo. Assim, proporcionar o fornecimento de vale alimentação aos servidores públicos do legislativo, por meio da contratação de empresa que forneça cartões eletrônicos e rede de serviços adequada para utilização de créditos pelos beneficiários, sendo que o cartão deverá ser aceito como meio de pagamento em estabelecimentos comerciais cadastrados na circunscrição do município de Itapiranga e municípios da região da AMEOSC (Associação dos Municípios do Extremo-Oeste Catarinense).

Além disso, há uma demanda crescente por soluções que integrem tecnologias modernas para facilitar a vida dos servidores e atender às exigências regulatórias recentes, como a Lei 14.133/2021. A legislação enfatiza a necessidade de maior transparência, controle e eficiência nas contratações públicas, demandando que as dinâmicas de fornecimento de benefícios aos servidores públicos se adaptem a esses padrões.

Portanto, torna-se imperativo buscar meios que otimizem o uso dos recursos disponíveis, garantam maior satisfação dos servidores e assegurem a conformidade com as normas vigentes. Isso envolve não apenas atender às necessidades imediatas dos servidores em termos de alimentação, mas também zelar pela responsabilidade fiscal e legal da Câmara de Vereadores de Itapiranga, orientando-se por padrões modernos que abrangem eficiência, transparência e segurança.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES



Considerando o problema exposto, a conclusão deste Estudo Técnico Preliminar é que a contratação mais apropriada é a de uma empresa especialista em administrar o benefício de vale-alimentação via cartão eletrônico para os servidores da Câmara Municipal de Itapiranga-SC. Essa contratação deve seguir a Resolução Legislativa nº 131/2025 e a Lei 14.133/2021, assegurando os seguintes requisitos:

1. Padrões de Qualidade e Desempenho: A solução deve garantir rapidez e precisão na distribuição dos benefícios, permitindo que os servidores tenham acesso aos valores de forma eficiente. Funcionalidade robusta é essencial, com suporte integral para acesso a uma rede variada de estabelecimentos comerciais, adequação aos padrões modernos de segurança e controle, e portabilidade. As soluções implementadas devem minimizar os processos administrativos e custos operacionais associados.

2. Prazos e Locais de Entrega: O sistema deve estar operacional bem como os estabelecimentos relacionados e credenciados em até **10 dias** após a contratação, com cartões eletrônicos com chip distribuídos para todos os servidores elegíveis. Recebimento continuado, mensal, dos benefícios deve ser assegurado, com atualização de crédito realizada automaticamente no décimo quinto dia de cada mês. A solução ofertada deverá incluir, obrigatoriamente, a possibilidade de pagamento por meio de QR Code via aplicativo de celular, com prazo de compensação de até 30 (trinta) dias após a data da transação. Essa funcionalidade deverá atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos:

1. Compatibilidade: O aplicativo deverá ser compatível com os sistemas operacionais Android (versão mínima X) e iOS (versão mínima Y), assegurando amplo acesso aos usuários.

Segurança: O sistema deverá contar com mecanismos de segurança robustos, incluindo autenticação em dois fatores (2FA) ou tecnologia equivalente que garanta a proteção dos dados e a integridade das transações.

2. Usabilidade: A interface do aplicativo deverá ser intuitiva e de fácil navegação, visando a acessibilidade para todos os usuários.

3. Estabilidade e Desempenho: O aplicativo deverá apresentar tempo de resposta adequado para garantir agilidade nas transações e suportar alto volume de acessos simultâneos.

Suporte e Atualizações: A empresa contratada deverá oferecer suporte técnico para eventuais falhas e garantir atualizações periódicas que contemplem melhorias de segurança e funcionalidade.

4. Relatórios e Controle: O sistema deverá disponibilizar, para a entidade contratante, relatórios detalhados sobre as transações realizadas, possibilitando o acompanhamento e controle adequado dos recursos.

Serviços de suporte ao usuário devem ser fornecidos em tempo integral para resolver eventuais problemas.

3. Critérios e Práticas de Sustentabilidade: Incentivo a práticas sustentáveis, como o uso de materiais recicláveis, deve ser incorporado à execução do contrato pela empresa



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



contratada.

4. Segurança e Controle: A empresa precisa implementar sistemas que impeçam fraudes e desvios, disponibilizando relatórios gerenciais mensais que assegurem transparência e permitam auditoria adequada pela administração pública.

5. Natureza do Serviço: O serviço é continuado de natureza jurídica indenizatória, demandando gestão constante e atualizações tecnológicas para manutenção da eficiência e segurança ao longo do contrato.

Os detalhes adicionais e específicos dos requisitos serão apresentados no Termo de Referência, a ser elaborado posteriormente.

LEVANTAMENTO DE MERCADO:

A Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga optou por não realizar um levantamento de mercado extensivo no Estudo Técnico Preliminar para a contratação de serviços de administração do benefício de vale-alimentação, em conformidade com a Resolução Legislativa nº 131/2025 e a Lei 14.133/2021. Tal decisão baseia-se fundamentalmente na experiência e nos dados detalhados que o órgão já possui acerca de contratações anteriores similares. A experiência acumulada ao longo dos anos com contratações deste mesmo escopo fornece à Câmara uma compreensão sólida das necessidades e das opções disponíveis no mercado, permitindo-lhe tomar decisões informadas e fundamentadas sem a necessidade de maiores pesquisas. Portanto, a omissão de um novo levantamento de mercado evita redundâncias desnecessárias e potenciais atrasos que poderiam comprometer a eficiência da administração pública.

Ademais, conforme disposto no § 2º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, o levantamento de mercado não é um componente obrigatório do Estudo Técnico Preliminar quando a entidade contratante pode justificar tecnicamente sua ausência. Nesse contexto, a Câmara de Vereadores de Itapiranga utiliza sua experiência consolidada como principal justificativa para dispensar essa atividade, reconhecendo que o conhecimento prévio e os dados históricos já disponíveis são suficientes para a tomada de decisão neste processo de contratação. Assim, ao priorizar a agilidade e a eficácia na administração dos recursos públicos, a Câmara assegura que a ausência do levantamento de mercado em nada compromete a transparência ou a eficiência do processo licitatório.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução envolve a contratação de uma empresa especializada para gerenciar o benefício de vale-alimentação dos servidores da Câmara Municipal de Itapiranga-SC, utilizando cartões eletrônicos com chip e que forneça acesso a aplicativo de celular para compras com QR Code. Esse método modernizado, proporciona agilidade, minimizando falhas humanas e eliminando processos administrativos complexos, e garantindo um controle mais rigoroso sobre a utilização dos recursos, mitigando riscos de fraudes.

A implementação, com prazo inicial de 05 anos, devendo a Administração observar no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, objetivando otimizar os



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



recursos existentes, garantir satisfação dos servidores e assegurar conformidade legal conforme a Resolução Legislativa nº 131/2025 e a Lei 14.133/2021. O sistema disponibilizará cartões recarregáveis, que promovem segurança e comodidade aos usuários, disponibilizando crédito mensal automaticamente, reduzindo a carga administrativa.

A contratada deverá prover manutenção contínua e assistência técnica eficiente, assegurando que o serviço opere sem interrupções e com suporte adequado em caso de falhas. A segurança será reforçada através de sistemas robustos de controle de acesso e uso, garantindo que apenas os servidores autorizados possam utilizar os benefícios alocados.

Relatórios mensais e transparentes, fornecidos pela contratada, permitirão auditorias eficazes, promovendo a transparência da gestão pública. Haverá integração com sistemas de pagamento e uma ampla rede de estabelecimentos credenciados, garantindo que os servidores possam acessar uma variedade de opções alimentares localmente.

Além disso, espera-se que a empresa implementada adote práticas de sustentabilidade, inclusive a utilização de materiais recicláveis durante sua operação, sintonizando as práticas de gestão com princípios sustentáveis modernos e eficazes.

Dessa forma, a contratação visa não só modernizar e efficientizar o processo de concessão de vale-alimentação, mas também aumentar a segurança, a transparência e o atendimento aos regulamentos vigentes, em alinhamento com práticas contemporâneas de gestão pública eficaz.

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE E DO VALOR:

PARCELAMENTO DO OBJETO:

ITEM	UN. MEDIDA	QTD ESTIMADA	DESCRIÇÃO	VALOR CREDITO/MENSAL UNITÁRIO (POR CARTÃO/SERVIDOR)	TAXA ADM.MÁXIMA	VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
01	UND	08	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de implementação, gerenciamento, fornecimento e administração de vale-alimentação, através de	R\$ 750,00	0,00%	R\$ 6.000,00	R\$72.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



	cartão eletrônico com tecnologia de chip para segurança e/ou tecnologia de compra por aproximação, para fornecimento de vale alimentação/refeição, destinados aos servidores públicos ativos do legislativo do Município de Itapiranga-SC. Podendo variar o número de cartões conforme a ocupação dos cargos e conforme a os direitos dos servidores. Com recarga mensal conforme valor estipulado pela Resolução 131/2025 ou outra Legislação que vier a substituí-la			
--	--	--	--	--

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INDEPENDENTES:

A contratação de uma empresa especializada para administrar o benefício de vale-alimentação através de cartão eletrônico para os servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, é uma iniciativa específica e autônoma, conforme orientações da Resolução Legislativa nº 131/2025 e a Lei 14.133/2021. Após uma análise detalhada das necessidades e externalidades associadas a essa contratação, verificamos que ela está claramente delimitada ao gerenciamento do vale-alimentação, sem repercussão direta ou dependência de outras contratações realizadas pela Câmara. Esta contratação é projetada para operar de maneira independente, focando exclusivamente na logística e gestão eficiente do benefício concedido aos servidores. Não há serviços complementares ou atividades correlatas em andamento dentro da estrutura da Câmara Municipal que possam sofrer impacto ou influência desta contratação. Dessa forma, a especificidade e autonomia do objeto contratado garantem que não existam interdependências contratuais que possam comprometer a execução ou a eficácia da administração do benefício, assegurando um processo transparente e eficiente para os servidores beneficiários.

PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

Atualmente a Câmara Municipal de Vereadores não possui um Plano de Contratações Anual.

A elaboração do Plano de Contratações Anual está em fase de desenvolvimento, de modo que esse trabalho possa estar em conformidade com a Lei 14.133/2021 e atenda às exigências da Resolução Legislativa nº 131/2025 no futuro.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



Embora a contratação da administração do benefício de vale-alimentação não esteja formalmente prevista no Plano de Contratações Anual inexistente, a necessidade e a urgência desse serviço são reconhecidas pela Câmara Municipal. Diante disso, o órgão está tomando medidas provisórias para garantir que os direitos dos servidores sejam devidamente atendidos, buscando realizar essa contratação específica de maneira separada e emergencial. A intenção é viabilizar o benefício de forma eficaz e eficiente, enquanto se trabalha na estruturação do plano formal de contratações para os próximos anos, assegurando que futuras demandas sejam antecipadamente planejadas e geridas de acordo com as melhores práticas legislativas e administrativas.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

A Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga almeja, por meio da contratação de uma empresa especializada na administração do benefício de vale-alimentação com cartão eletrônico, manter economicidade e gestão eficiente dos recursos disponíveis. A solução digital otimiza estas operações, e reduz os custos operacionais ao minimizar o potencial de erros humanos e de retrabalho.

Além da economia de tempo e de esforço administrativo, melhora significativamente o controle e a segurança na gestão dos benefícios. O uso de cartões eletrônicos não só simplifica o acompanhamento das transações, mas também mitiga o risco de desvios e fraudes, proporcionando uma transparência maior em todo o processo de utilização dos recursos. Com um sistema modernizado, a Câmara terá condições de monitorar como e onde os benefícios são gastos de maneira mais eficaz, garantindo que todos os servidores tenham um acesso justo e seguro ao vale-alimentação e estejam satisfeitos com os seus direitos plenamente atendidos. Este controle mais robusto está alinhado com as exigências de maior transparência e eficiência requeridas pela legislação vigente, permitindo que a Câmara de Vereadores de Itapiranga não só melhore seus processos internos, mas também consolide sua responsabilidade fiscal e conformidade legal.

Este esforço visa não apenas modernizar a gestão de benefícios, mas também demonstrar o comprometimento da Câmara em adaptar-se às melhores práticas de gestão pública, otimizando o uso de recursos e aumentando a serenidade e satisfação de seus servidores. Em suma, espera-se que a iniciativa traga não apenas uma melhoria operacional e financeira significativa, mas também uma cultura organizacional pautada em princípios de eficiência, justiça e inovação.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM TOMADAS

A Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga não necessita adotar providências adicionais antes da celebração do contrato para a administração do benefício de vale-alimentação aos seus servidores. O processo está plenamente alinhado às diretrizes estabelecidas pela Resolução Legislativa nº 131/2025 e cumpre integralmente os requisitos da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Esse alinhamento assegura que a contratação ocorrerá de forma transparente, legal e eficiente, dispensando medidas preparatórias extraordinárias. As etapas posteriores à



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



formalização do contrato seguirão os procedimentos regulamentares vigentes, garantindo segurança jurídica e conformidade administrativa.

A contratação pretendida visa atender de forma eficiente e eficaz às necessidades dos servidores, proporcionando um benefício essencial por meio de um sistema moderno e seguro. A escolha pela utilização do cartão eletrônico reflete a intenção de promover praticidade e segurança no uso do benefício, otimizando a experiência do usuário final sem gerar necessidade de ajustes preliminares ou adequações complementares por parte do órgão contratante. Dessa forma, o processo se encontra devidamente preparado para a etapa de celebração do contrato, sem exigências preliminares pendentes.

REDE CREDENCIADA

A empresa contratada deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, a relação completa de estabelecimentos comerciais previamente cadastrados e aptos a aceitar o cartão de vale-alimentação. Essa relação deverá contemplar uma quantidade adequada de empresas que ofereçam produtos alimentícios, assegurando ampla cobertura geográfica no município de Itapiranga e região, de modo a garantir praticidade e acessibilidade aos servidores. Além disso, a contratada deverá manter esse cadastro atualizado durante toda a vigência do contrato, possibilitando a inclusão de novos estabelecimentos conforme a demanda.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela inexistência de possíveis impactos ambientais significativos relacionados à contratação de uma empresa especializada para a administração do benefício de vale-alimentação, por meio de cartão eletrônico, para os servidores da Câmara Municipal de Itapiranga-SC. Essa avaliação está em conformidade com a Resolução Legislativa nº 131/2025 e a Lei 14.133/2021, que normatizam o processo licitatório e os critérios de sustentabilidade a serem observados. A natureza digital da prestação do serviço, que envolve a emissão e manutenção de cartões eletrônicos, minimiza a impressão e consumo de papel, um fato que por si só já reduz qualquer potencial impacto ambiental de relevância.

Além disso, a contratação pretendida, por seu caráter essencialmente administrativo e tecnológico, opera dentro dos parâmetros que não demandam o uso extensivo de recursos naturais ou a geração de resíduos poluentes. Os cartões eletrônicos, geralmente produzidos em plástico durável, são ferramentas reutilizáveis e de longa duração, colaborando para a mitigação de resíduos sólidos. Ademais, a tecnologia envolvida na administração dos benefícios é amplamente consolidada e os potenciais impactos ambientais associados ao seu funcionamento, caso existam, são controlados por meio de práticas padrão adotadas pelas empresas especializadas. Essas práticas incluem a utilização de sistemas de gestão eficientes, que buscam a redução de consumo energético e a otimização de processos eletrônicos.

Finalmente, presume-se que o tratamento ordinário de qualquer impacto ambiental por parte da empresa contratada seja suficiente, visto que essas organizações operam sob



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



rigorosos padrões de conformidade ambiental e ética empresarial. Assim, considerando todos esses fatores, conclui-se que a implementação do benefício de vale-alimentação por meio de cartão eletrônico se apresenta como uma solução ambientalmente responsável e alinhada com as diretrizes de sustentabilidade estipuladas pelo ordenamento jurídico atual.

CONCLUSÃO:

Com base no Estudo Técnico Preliminar realizado, conclui-se pela adequação da contratação de empresa especializada para a administração do benefício de vale-alimentação, por meio de cartão eletrônico com chip e acesso a aplicativo para pagamento com QR Code, destinada aos servidores da Câmara Municipal de Itapiranga-SC. A contratação está em conformidade com a Resolução Legislativa nº 131/2025 e a Lei 14.133/2021, demonstrando-se como medida eficiente e necessária para o atendimento das necessidades dos servidores. Diante disso, opina-se favoravelmente pelo prosseguimento do processo de contratação, assegurando a implementação eficaz do benefício proposto.

Itapiranga, 27 de março de 2025.

OTAVIANO JOSÉ AMARO GUERRA

Responsável Setor de Recursos Humanos Câmara Itapiranga



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



MINUTA DE CONTRATO



Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA-SC

(Processo Administrativo nº 12/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A **CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE ITAPIRANGA** E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX OBJETIVANDO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO CONTINUADO DE
IMPLEMENTAÇÃO, GERENCIAMENTO,
FORNECIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE
VALE-ALIMENTAÇÃO, DE NATUREZA
JURÍDICA INDENIZATÓRIA, ATRAVÉS DE
CARTÃO ELETRÔNICO COM TECNOLOGIA
DE CHIP PARA SEGURANÇA E/OU
TECNOLOGIA DE COMPRA POR
APROXIMAÇÃO, PARA FORNECIMENTO DE
VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO, COM
RECARGAS MENSAS, DESTINADOS AOS
SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DO
LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE
ITAPIRANGA-SC, EM ESTABELECIMENTOS
COMERCIAIS CADASTRADOS NA
CIRCUNSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE
ITAPIRANGA E MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



**AMEOSC (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
DO EXTREMO-OESTE CATARINENSE).**

A **Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga**, Estado de Santa Catarina, órgão legislativo do Município, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.484.995/0001-09 com sede na Rua São Jacó nº 211, Centro, CEP 89.896-000, na Cidade de Itapiranga - SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor **LEONARDO SAUSEN**, eleito Presidente na SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO E POSSE, realizada em 1º de janeiro de 2025, conforme ata publicada no DOM em, 3 de janeiro de 2025. Edição N° 4726; Página 513; Ato n.º 6757086, portador do CPF n.º, doravante denominada CONTRATANTE,, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no **Processo administrativo nº 11/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico nº 90001/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de implementação, gerenciamento, fornecimento e administração de vale-alimentação, de natureza jurídica indenizatória, através de cartão eletrônico com tecnologia de chip para segurança e/ou tecnologia de compra por aproximação, para fornecimento de vale alimentação/refeição, com recargas mensais, destinados aos servidores públicos ativos do legislativo do Município de Itapiranga-SC, em estabelecimentos comerciais cadastrados na circunscrição do município de Itapiranga e municípios da região da AMEOSC (Associação dos Municípios do Extremo-Oeste Catarinense). nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDA DE DE MEDID A	QUANTIDA DE (estimada)	TAXA de ADM.	VALOR UNITÁRI O	VALO R TOTAL
1	Contratação de empresa	19208	unidade	08	(%)		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES



	especializada para prestação de serviço continuado de implementação, gerenciamento, fornecimento e administração de vale-alimentação, através de cartão eletrônico com tecnologia de chip para segurança e/ou tecnologia de compra por aproximação, para fornecimento de vale alimentação/refeição, destinados aos servidores públicos ativos do legislativo do Município de Itapiranga-SC. Podendo variar o número de cartões conforme a ocupação dos cargos e conforme a os direitos dos servidores. Com recarga mensal conforme valor estipulado pela Resolução 131/2025 ou outra Legislação		e				
--	---	--	---	--	--	--	--



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



	que vier a substituí-la						
--	-------------------------	--	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1.O Termo de Referência;
- 1.1.2.O Edital da Licitação;
- 1.1.3.A Proposta do CONTRATADO;
- 1.1.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O presente contrato terá duração de 5 (cinco) anos, iniciando-se em XX de XXXX de 2025 até XXX de XXXXXXXXX de 2029, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.*

2.2. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, de mesmo modo deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção; permitida a negociação com o CONTRATADO.*

2.3. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.5. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, PAGAMENTO, BENEFICIÁRIOS E VALORES DOS BENEFÍCIOS.

3.2.1. A contratada pagará à Contratante a **Taxa de administração % (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, sobre o valor do repasse mensal correspondente ao montante total do benefício do vale-alimentação a ser distribuído no mês, de acordo



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



com o número de servidores, o número de dias considerados para a distribuição e o valor diário do vale-alimentação, não implicando quaisquer ônus extras.

3.2.2 Considerando que a taxa de administração é NEGATIVA, o valor apurado será descontado pela Contratante do valor total devido à Contratada por ocasião do pagamento.

OU

Considerando que a taxa de administração é ZERO, o valor a ser pago pela Contratante à Contratada será o valor disposto na Resolução nº 131/2025.

3.2.3 Os pagamentos serão efetuados por intermédio da tesouraria do legislativo, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, aprovada pelo fiscal solicitante e/ou comissão ou responsável pelo recebimento, sendo que o legislativo enviará em até 03 (três) dias úteis antes do crédito a relação de servidores municipais para que a empresa efetue a carga dos créditos no cartão individual de cada servidor. A CONTRATADA enviará a fatura até o dia 10 (dez) do mês subsequente, para que no prazo de até dez (10) dias úteis, contados do recebimento da Nota fiscal/Fatura, o legislativo realize o seu pagamento, já descontada a taxa de administração.

3.2.4 O Setor responsável enviará a relação dos beneficiários com no mínimo 03 (três) dias úteis de antecedência.

3.3 Beneficiários e Valores dos Benefícios

3.3.1 Os valores dos benefícios e a quantidade de servidores beneficiários podem variar ao longo da vigência do Contrato a ser firmado, em função das necessidades do Contratante.

3.3.2 Os valores mensais que se pretende pagar, o são para servidores que cumpram jornadas de trabalho de 40h. semanais, de modo que o não comparecimento, jornadas ajustadas para dispensar a presença física em determinado dia ou servidores que cumpram carga horário reduzida ou menor que 40h., afastam o direito ao vale-alimentação, fazendo com que o montante mensal seja reduzido.

3.3.3 A relação total de servidores beneficiados 08 (oito) corresponde a dados atuais, podendo haver variação para mais e para menos.

3.4. Valor do Benefício Pretendido para 2025.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



3.4.1 Em favor dos 08 (oito) servidores ativos aptos ao benefício, pretende pagar individualmente o valor mensal de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), totalizando mensalmente R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

3.4.2 Deste montante, em razão da natureza indenizatória, não incidirá dedução de imposto de renda e contribuição previdenciária.

3.5. PRAZO DE INSTALAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

3.5.1. O prazo para implantação do sistema de cartão alimentação, eventual treinamento e liberação da rede credenciada é de, no máximo, **30 (trinta) dias, contados a partir da data de assinatura desse termo**, incluindo a entrega dos cartões, implantação de sistema e a disponibilização dos respectivos créditos.

3.5.2 As informações cadastrais dos servidores serão fornecidas pelo setor de Recursos Humanos da Câmara de Vereadores, **no prazo de até 3 (três) dias úteis após a emissão da ordem de serviço**, podendo ser por meio eletrônico.

3.5.3 A Contratada deverá manter sigilo absoluto dos dados dos beneficiários, sendo vedada a utilização dos dados para qualquer outro fim não previsto no respectivo contrato.

3.5.4 A Contratada deverá disponibilizar ao servidor responsável autorizado pela CONTRATANTE, acesso para gerenciamento do sistema, através de login e senha pessoal, ficando sob sua inteira responsabilidade toda e qualquer alteração efetuada, tais como: valor dos créditos, inclusão de servidores, solicitação de 2ª via, extratos, cancelamentos, bloqueios, desbloqueios, monitoração, bem como o controle e utilização dos cartões.

3.5.5 A Contratada deverá prestar assistência técnica administrativa, relativa à manutenção do serviço, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da solicitação pelo setor responsável, contado a partir 1º (primeiro) dia útil, subsequente ao comunicado, sendo que, possíveis despesas de transporte, locomoção e outras que eventualmente surgirem, necessárias para o cumprimento da assistência técnica correram por conta da CONTRATADA.

4. REDE CREDENCIADA



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



4.1 A Contratada deverá disponibilizar ampla e abrangente rede de estabelecimentos comerciais credenciados no Município de Itapiranga-SC, incluindo padarias, açougues, mercados, fruteiras, mercearias, dentre outros, bem como uma rede de credenciados nos municípios que integram a Associação dos Municípios do Extremo-Oeste Catarinense (AMEOSC), conforme descrito no Termo de Referência.

4.2 A Contratada deverá ter no mínimo 15 (quinze) estabelecimentos credenciados no Município de Itapiranga-SC bem como no mínimo 20 (vinte) estabelecimentos credenciados nos municípios da AMEOSC, aptos para aceitar o cartão alimentação, os quais deverão dispor de produtos de gêneros alimentícios, dentro dos limites de crédito disponíveis, pelo valor à vista.

4.2.1 A exigência de **número mínimo de estabelecimentos comerciais credenciados no Município e na Região**, tem como objetivo garantir a concorrência e ampliar o rol de possíveis fornecedores, bem como garantir o poder de compra do beneficiário, que poderá escolher dentre os estabelecimentos credenciados aquele que melhor atendê-lo, considerando a necessidade, conveniência e preço dos produtos, de forma que os gastos com alimentação sejam os menores possíveis.

4.3 A Contratada deverá apresentar, **no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura deste termo**, a comprovação **da rede de estabelecimentos comerciais credenciados, através do envio de relação escrita (em formato MS-Excel), contendo o nome, razão social, CNPJ, endereço e telefone.**

4.4 A Contratada deverá manter nos estabelecimentos comerciais credenciados, identificação de sua adesão ao sistema, em local de fácil visualização, assim como manter atualizada a relação de estabelecimentos credenciados.

4.5 A Contratada deverá disponibilizar e manter em pleno funcionamento, durante toda a vigência do contrato, a rede credenciada, observada a quantidade mínima de estabelecimentos e suas respectivas localizações definidas.

4.6 A contratada deverá disponibilizar e manter rede de estabelecimentos comerciais credenciados, reembolsando-os via conta corrente, nos prazos e condições pactuadas em contrato de credenciamento;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



4.7 A Contratada deverá **comunicar imediatamente ao Legislativo de Itapiranga** qualquer alteração na relação de estabelecimentos comerciais credenciados.

5. CARTÃO MAGNÉTICO

5.1 A Contratada deve fornecer o cartão alimentação:

a) Com tecnologia de chip ou tarja magnética, personalizados com o nome do servidor titular beneficiário, protegidos contra roubo e extravio, por meio de senha pessoal e intransferível, os quais deverão ser entregues dentro de envelope lacrado, individualizado, com manual básico de utilização devendo ser aberto único e exclusivamente pelo usuário.

b) Ter sistema de controle de saldo, através do uso de senha pessoal intransferível para validação da compra/transação eletrônica no ato da efetivação da compra, permitindo a identificação pelo usuário do cartão, do valor utilizado, data e horário, além do local de consumo, visando a permitir a verificação da correta utilização do benefício.

5.2 A Contratada deverá fornecer gratuitamente a 1ª via do cartão magnético, inclusive a cada renovação do prazo de validade, sem qualquer espécie de ônus para o contratante e para os servidores.

5.2.1 O layout, bem como a confecção dos cartões, é de propriedade exclusiva da CONTRATADA, podendo esta modificá-los, alterá-los ou substituí-los, segundo seu critério, sem qualquer consulta prévia ao CONTRATANTE.

5.3 A Contratada poderá cobrar pela reemissão do cartão magnético somente nos casos de perda ou de extravio pelo titular, salvo por roubo, mediante apresentação de Boletim de Ocorrência, caso a licitante não o disponibilize de forma gratuita.

5.3.2 Os créditos inseridos nos cartões, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão, obrigatoriamente, somar-se aos próximos créditos, de tal forma que os servidores em hipótese alguma sejam prejudicados.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



5.3.3 A Contratada deverá disponibilizar meio de consulta dos créditos disponíveis ao titular do cartão, por telefone com ligação gratuita, por internet, ou ambos, bem como uma central de atendimento para sanar quaisquer dúvidas ou problemas.

5.3.4 Não será admitido limite extra de crédito ao titular do cartão, devendo este utilizar somente os créditos disponíveis em seu cartão, ficando sob a responsabilidade do Contratado tal gerenciamento.

5.3.5 Os débitos no saldo de benefícios dos cartões devem ocorrer de forma automática, a partir da utilização nos estabelecimentos conveniados.

5.3.6 A Contratada não permitirá que sejam efetivadas transações em cartões que não tenham saldo disponível.

5.3.7 A Administração poderá solicitar o cancelamento ou estorno de créditos nos cartões (dos servidores), assumindo total responsabilidade quanto a eventuais demandas judiciais daí decorrentes.

5.3.8 A Administração informará à Contratada sempre que houver desligamento de qualquer Servidor.

5.3.9 A Administração informará à Contratada sempre que houver a necessidade da emissão de cartões para novos beneficiários, sendo que, neste caso, o prazo para envio dos cartões será de até 10 (dez) dias, a contar da data de solicitação.

5.3.10 Após o término do contrato, os créditos remanescentes nos cartões deverão ter validade de 180 (cento e oitenta) dias, para que o beneficiário possa utilizá-los.

5.3.10.1 Transcorrido o prazo a qual alude o item anterior, eventual saldo remanescente será devolvido, mediante crédito em conta corrente e relação dos valores constantes em cada cartão, no período de 90 (noventa) dias, ao Legislativo de Itapiranga.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



CLÁUSULA SEXTA– SUBCONTRATAÇÃO

6.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA– PREÇO

7.1. O VALOR ESTIMADO DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2025: R\$ XX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXX).

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7.4. Os valores previstos respeitarão cada exercício financeiro para sua execução, e deverá a Câmara de Vereadores estipular uma data aniversário do contrato para atualização de valores, podendo realizar alteração dos valores por alteração na legislação que concede o benefício aos servidores, Resolução 131/2025.

7.5. As atualizações anuais de valores acima mencionadas não caracterizam alteração de contrato e podem ser realizadas por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, nos termos do art. 136 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA- PAGAMENTO

8.1. O valor mensal contratado será pago em até 10 (dez dias) dias, após a apresentação das notas fiscais correspondentes a prestação de serviço.

8.1.2. O pagamento dos fornecimentos efetuados será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, que irá ocorrer em ordem cronológica, conforme recebimento das notas fiscais pela contabilidade, e de acordo com a liberação dos recursos financeiros, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. A nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Câmara.

8.1.2. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



CLÁUSULA NONA- REAJUSTE

9.10 valor percentual da taxa de administração será fixo, não sendo passível de reajustamento durante o período de vigência do contrato, inclusive se houver prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

10.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

10.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Câmara Municipal de Vereadores para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

10.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.1.10. Requisitar via internet ou e-mail oficial os cartões contendo os dados dos usuários, tais como: nome completo, data de nascimento, CPF, matrícula ou código funcional, os quais serão utilizados apenas para identificação do usuário quando necessário, e mantidos no mais absoluto sigilo.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



10.1.11. Fornecer à CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis os dados dos usuários dos cartões, através de arquivo eletrônico ou pelo sistema de gerenciamento, que deverão ser utilizados apenas para os fins de emissão e gerenciamento dos cartões, e serão mantidos, pela CONTRATADA, em sigilo e confidencialidade absoluto em relação a terceiros.

10.1.12. Instruir o usuário responsável pelo acesso ao sistema de gerenciamento do cartão alimentação quanto ao uso e sigilo da senha do usuário e em especial, no tocante a conferência dos dados da transação.

10.1.13. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer alteração havida nas informações referentes aos usuários do sistema, respondendo por eventuais prejuízos decorrentes da sua omissão.

10.1.14. É a única responsável perante a CONTRATADA, pela utilização dos valores nas transações efetuadas pelos usuários.

10.1.15. Realizar a liberação dos créditos até o 10º (decimo) dia útil do mês subsequente de cada mês, durante a vigência do contrato, devendo o Setor responsável enviar CONTRATADA a relação dos beneficiários com no mínimo 03 (três) dias úteis de antecedência.

10.1.16. Certificar-se que o valor do repasse mensal a CONTRATADA corresponde ao montante total do benefício do vale-alimentação a ser distribuído no mês, de acordo com o número de servidores, o número de dias considerados para a distribuição e o valor diário do vale-alimentação, nos termos da legislação em vigente.

10.1.17. Efetuar a entrega do cartão e respectiva senha aos seus servidores, mediante protocolo que se obriga a manter em seu poder, guarda e responsabilidade, orientando-os a efetuarem a conferência dos dados nele inseridos.

10.1.18. Comunicar imediatamente à CONTRATADA, os casos de perda, roubo ou extravio do cartão, permanecendo o usuário como responsável pela utilização indevida, até o momento da comunicação.

10.1.19. Dar ciência aos usuários quanto aos termos contratuais, a fim de não desvirtuar sua finalidade, assim como orientá-lo acerca da correta utilização do cartão, respeitando as regras do cartão alimentação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



10.1.20. Prevenir o usuário que, em caso de uso indevido do cartão, fica assegurado o direito da CONTRATADA advertir, suspender ou descredenciar o mesmo, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

10.1.21. Orientar seus servidores, usuários do cartão, quanto à obrigação de comunicar imediatamente a perda, extravio, roubo ou furto do cartão ou senha, ficando sob sua responsabilidade quaisquer transações efetuadas antes da comunicação do evento.

10.1.22. Efetuar/solicitar o bloqueio do cartão no caso de comunicação do usuário da perda, extravio, furto ou roubo do cartão.

10.1.23. Informar à CONTRATADA, a discordância do (s) usuários, com relação a qualquer débito efetuado no (s) cartões, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da referida transação.

10.1.24. Cumprir e fazer cumprir as obrigações instituídas pelo PAT-Programa de Alimentação do Trabalhador.

10.1.25. Manter sob sua guarda e responsabilidade, os cartões e senhas atribuídas, enquanto não forem distribuídos aos usuários, ficando a CONTRATADA isenta de qualquer responsabilidade quanto ao ressarcimento ou substituição dos cartões indevidamente utilizados.

10.1.26. Efetuar o pagamento integral dos valores disponibilizados nos cartões alimentação, nos prazos estabelecidos.

10.1.27 Cancelar os cartões de empregados/servidores que não tenham mais vínculo com a CONTRATANTE.

10.1.28. Fornecer à CONTRATADA, sempre que esta julgar necessário, documentos adicionais para a verificação da adequada utilização do cartão alimentação por parte da CONTRATANTE e dos usuários.

10.1.29. A verificação de quaisquer documentos pela CONTRATADA não confere à CONTRATANTE qualquer atestado de regularidade para qualquer finalidade e tampouco prescinde a realização de verificações adicionais, caso a CONTRATADA entenda necessário.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



10.1.30. Informar a CONTRATADA sempre que houver alterações cadastrais para devida atualização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

11.1.6. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

11.1.7. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

11.1.8. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

11.1.9. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

11.1.10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.2. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.3. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

11.4. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.6. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

11.7. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

11.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.10. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

11.11. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

11.12. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

11.13. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



11.15. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*

11.16. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*

11.17. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*

11.18. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*

11.19. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*

11.20. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*

11.21. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

11.22. *Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);*

11.23. *Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;*

11.24. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. *Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:*

13.2 *O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:*



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



- 13.2.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.2.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.2.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.2.6 Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 13.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.2.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.2.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.2.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 13.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 8.1 deste contrato as seguintes sanções:
 - 13.3.1 Advertência;
 - 13.3.2 Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta inteiros por cento) do valor do objeto contratado;
 - 13.3.3 Impedimento de licitar e contratar, no âmbito do Município de Cruz Alta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
 - 13.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os Entes Federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- 13.4 As sanções previstas nos subitens 8.2.1, 8.2.3 e 8.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista 8.2.2.
- 13.5 A aplicação de multa de mora não impedirá a conversão em compensatória pela Administração, que também poderá promover a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato;
- 13.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 13.7 A aplicação das sanções previstas no item 8.2.2 deste Edital não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração;
- 13.8 Na aplicação das sanções previstas neste contrato será facultada a defesa e o contraditório ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



13.8.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.8.2 Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

13.9 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei de Licitações e Contratos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

13.10 É admitida a reabilitação do contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

13.10.1 Reparação integral do dano causado à Administração;

13.10.2 Pagamento da multa;

13.10.3 Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

13.10.4 Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

13.10.5 Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo;

13.10.6 A sanção pelas infrações previstas nos subitens 9.1.6 e 9.1.10 deste Contrato exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.11 Nenhuma penalidade será aplicada sem a competente instrução prévia de Processo Administrativo Especial – PAE, em que seja ao contratado assegurado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



14.1.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.1.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.1.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Das indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.6.1. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Órgão: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
- II) Unidade: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
- III) Ação: 2001 - Manutenção das Atividades Legislativas
- IV) Vínculo: 150070000000 - Recursos Ordinários
- V) Código Reduzido: 519
- VI) Subelemento: 3339046010000000000

16.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE dar publicidade ao presente instrumento na forma prevista na Lei 14.133, de 2021.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Itapiranga - SC, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

13.2 – Fica designado o Servidor do Poder Legislativo Otaviano José Amaro Guerra, matrícula nº 119-01, para, no âmbito das suas respectivas atribuições, fiscalizar e acompanhar os serviços decorrentes do presente Termo.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual.

Itapiranga, XX de XXXXXX de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME e EPP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no edital, que se enquadra como MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, e, ainda que no ano calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da referida Lei.

____, ____ de _____ de 2025.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



ANEXO V

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa _____, estabelecida____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio
de seu representante legal, Senhor (a),
_____, no uso de suas atribuições, DECLARA, para fins de direito, na
qualidade de proponente do procedimento licitatório em pauta, na
modalidade Pregão, instaurado por esse órgão público, que inexistem
qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não
foi declarada inidônea e não está impedida de licitar ou contratar com o
Poder Público ou suspensão de contratar com a Administração, e que se
compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

„ ____de _____de 2025.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



ANEXO VI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO
TRABALHO**

A Empresa _____, estabelecida a _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal/proprietário, Senhor (a) _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF nº _____, no uso de suas atribuições legais **DECLARA**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz (). Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 2025.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



ANEXO VII

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

(Razão Social da Empresa)

CNPJ Nº _____, sediada na (endereço completo)

_, DECLARA sob as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Município de _____, dia _____ de _____ de 202____.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



ANEXO VIII

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUADRO
SOCIETÁRIO**

(Razão Social da Empresa) _____,

CNPJ Nº _____,

sediada na (endereço completo) _____

__, DECLARA sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista.

Município de ____, dia ____ de _____ de 202__.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



ANEXO IX

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

MODELO DE PROPOSTA FINAL

Dados a empresa Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefones:

Dados bancários:

E-mail institucional (que a municipalidade utilizará para enviar Ata de

Registro de Preços e/ou Contrato para assinatura digital):

Responsável pela assinatura

do contrato Nome:

CPF:

Endereço:

Item	Qntd.	Und.	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total

Validade da proposta:

Prazo de entrega:

Demais informações, caso o edital requeira.

Declaro que o preço e demais informações desta proposta compreendem todas as despesas referentes ao objeto do presente certame.

Município de ____, dia _____ de ____ de 202 ____.

Nome do responsável e assinatura

Nome da empresa e CNPJ nº:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**



ANEXO X

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Razão Social:

Nome Fantasia:

CNPJ:

Endereço completo:

Contatos: (contendo nome, setor, telefone e e-mail)

Dados do representante legal para assinatura do contrato: (nome, CPF, qualificação)

DECLARAMOS para os devidos fins que o **endereço eletrônico** da empresa
_____ é destinado ao recebimento de informações devidas
do Procedimento Licitatório nº

DECLARAMOS ainda que se houver alterações dos contatos os
mesmos serão informados para os e-mails:

compras@camaraitapiranga.sc.gov.br.

____, em ____ de _____ 20____.

(nome e assinatura do
responsável legal) (nº RG)